



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 037/2009

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 037/2009

OBJETO: SWITCHES E ACESSÓRIOS

DATA DA REALIZAÇÃO: 25 de setembro de 2009

HORÁRIO: a partir das 08:30 horas

LOCAL: Alameda Ribeirão Preto, 82, 8º andar, sala 02, Bela Vista, São Paulo - SP CEP 01331-000

Dr. Cláudio Alves Porto, Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP, usando a competência delegada na Lei Federal nº 5.905/73 torna público que se acha aberta Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS – SRP, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a eventual aquisição de SWITCHES E ACESSÓRIOS, conforme **Anexo II - OBJETO** deste edital, que será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Federal nº. 3.555 de 8 de agosto de 2000, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais Decretos e normas regulamentares aplicáveis à espécie, em especial o Dec. 3.931/01.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do PREGÃO PRESENCIAL - SRP, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP** será realizada na Alameda Ribeirão Preto, 82, 8º andar, sala 02, Bela Vista, São Paulo - SP CEP 01331-000, iniciando-se no dia 25 de setembro de 2009, às 08:30 horas. A sessão será conduzida por Pregoeiro com auxílio da Equipe de Apoio, designados na Portaria COREN-SP / DIR nº 20, de 26 de março de 2009, publicado no DOE Seção I, em 28 de março de 2009.

1 DO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

- 1.1 A presente licitação visa ao registro de preços para aquisições parceladas de material, nos termos do art 2º, II do Dec. 3.931/01.
- 1.2 A quantia mínima a ser proposta deve atender ao menos à previsão de consumo do COREN-SP, não sendo admitida cotação inferior.
- 1.3 Findo o processo licitatório, a Administração não terá obrigatoriedade em contratar.
- 1.4 Os preços permanecerão registrados pelo prazo de 12 (doze) meses.
- 1.5 A Ata de Registro de preços, durante sua vigência, somente poderá ser utilizada por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e expressa autorização do COREN/SP, nos termos do artigo 8º do Dec. 3931/01.
- 1.6 Não existem Órgãos Participantes previamente cadastrados junto ao COREN-SP.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2 DO OBJETO

- 2.1 A presente Licitação tem por objeto a aquisição parcelada de Switches e Acessórios, conforme especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO II - OBJETO deste Edital.
- 2.2 Ao final será elaborada Ata de Registro de Preços, registrando-se o valor unitário do objeto, por item, independentemente do critério de seleção de proposta adotado (valor total do lote).

3 DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar do certame todos os interessados, Pessoas Jurídicas, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.
- 3.2 O Edital de Licitação poderá ser adquirido gratuitamente na Internet, através do site www.corensp.org.br, ou pessoalmente na sede do COREN-SP, à Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo, SP, 5º andar – DSUP, nos horários entre 09h00 e 11h30 ou 14h00 e 16h30.

4 DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 O Representante da Licitante interessado em oferecer lances verbais deverá proceder ao credenciamento no início da sessão, ainda que interessado em um único item.
- 4.2 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- 4.2.1 **Tratando-se de Representante Legal:** o Ato Constitutivo da empresa (contrato social ou estatuto social) no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. **Quando o Representante Legal, por força do instrumento legal, não puder exercer a administração ou gerência individualmente,** tornar-se-á obrigatória a apresentação de Procuração de um sócio para outro, conforme o subitem “4.2.2” abaixo:
- 4.2.2 **Tratando-se de Procurador:** a procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, conforme **Anexo III – MODELO DE PROCURAÇÃO CREDENCIAMENTO** da qual constem poderes específicos para formular lances, complementar proposta, negociar preço, interpor recursos ou ressalvas, renunciar à interposição de recursos, acordar, transigir, desistir, receber avisos e intimações, **assinar declarações,** praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. Acompanhado do correspondente documento, indicado no subitem “4.2.1”, que comprove os poderes do mandante para a outorga;
- 4.2.3 Original e cópia de um Documento Oficial de identificação que contenha foto, do representante legal ou procurador.
- 4.3 Todos os documentos deverão ser apresentados em cópias autenticadas por Tabelião de Notas ou cópias simples acompanhadas do original.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 4.4 Será admitido apenas 1 (um) representante para cada Licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas um credenciado.
- 4.5 A ausência do credenciado na Sessão somente será permitida após autorização do Pregoeiro, sob pena de exclusão do certame.

5 DAS DECLARAÇÕES, DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

- 5.1 As Declarações poderão ser assinadas sempre pelo Representante Legal ou pelo Procurador Credenciado, desde que haja poderes outorgados na Procuração (ver **Anexo III – Modelo de Procuração Credenciamento**).
- 5.2 A Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação deverá ser elaborada de acordo com modelo estabelecido no **Anexo IV - Modelo de Declaração de Pleno Atendimento** e deverá ser apresentada **fora** dos Envelopes nº.s 1 e 2.
- 5.3 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada também a declaração de que trata o **Anexo V - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, por **fora** dos Envelopes nº.s 1 e 2.
- 5.4 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa o nome da proponente e os seguintes dizeres:

[RAZÃO SOCIAL]

Lote único

Envelope nº 1 – Proposta Comercial

Pregão Presencial nº 037/2009

COREN-SP

[RAZÃO SOCIAL]

Lote único

Envelope nº 2 – Habilitação

Pregão Presencial nº 037/2009

COREN-SP

- 5.5 A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo Representante Legal ou pelo Procurador Credenciado.
- 5.6 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia comum acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio e são os constantes do Item “7” deste Edital. Em todos os casos os originais deverão ser apresentados quando solicitados.
- 5.7 Os documentos apresentados no Credenciamento (item “4.2” do Edital) servirão para a Habilitação (item “7.1.1” do Edital).

6 DA PROPOSTA COMERCIAL

- 6.1 A proposta comercial deverá ser por escrito, redigida, facultativamente, conforme o **Anexo VI - Modelo de Proposta Comercial** e deverá conter os seguintes elementos:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 6.1.1 Razão Social, CNPJ, endereço completo com indicação de telefone e e-mail e deverá ser assinada por Representante Legal ou Procurador devidamente estabelecido;
 - 6.1.2 Número do Pregão Presencial;
 - 6.1.3 Descrição sucinta do produto ofertado, contendo marca e modelo, em conformidade com o **Anexo II – Objeto** da presente licitação;
 - 6.1.4 Os valores unitários do item e o total do lote do objeto a ser registrado;
 - 6.1.4.1 Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
 - 6.1.5 Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias.
 - 6.1.5.1 Na falta de indicação expressa do prazo de validade da proposta, este será considerado como de 60 (sessenta) dias.
 - 6.1.6 Prazo de entrega de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da solicitação de material.
 - 6.1.7 Prazo de pagamento de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis do **Recebimento Definitivo**;
- 6.2 Não serão admitidas cotações para quantidades inferiores à previsão contida neste Edital.
- 6.3 O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.
- 6.4 A proposta em desacordo com o Edital será desclassificada.

7 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1 O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados, apresentados em cópias autenticadas em Tabelião de Notas ou cópias simples acompanhadas do original, os quais dizem respeito a:
- 7.1.1 **REGULARIDADE JURÍDICA**
 - 7.1.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 7.1.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
 - 7.1.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no subitem “7.1.1.2”;
 - 7.1.1.4 Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 7.1.1.5 Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- 7.1.2 Os documentos relacionados nos subitens “7.1.1.1” a “7.1.1.4” acima não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no credenciamento do Pregão, conforme item “4.2”.
- 7.1.3 **REGULARIDADE FISCAL**
- 7.1.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) – Situação Ativa;
- 7.1.3.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual e Municipal relativo à localidade da Licitante, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto do certame;
- 7.1.3.3 Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- 7.1.3.4 Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Municipal da localidade da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto ou outra prova equivalente na forma da lei;
- 7.1.3.5 Certidão de regularidade de débito com o Sistema de Seguridade Social (CND);
- 7.1.3.6 Certificado de regularidade de situação com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.1.4 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 7.1.5 **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
- 7.1.5.1 Certidão Negativa de pedido de falência ou concordata, ou de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à data da Sessão do Pregão.
- 7.1.6 **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 7.1.6.1 Apresentação de Atestados de Capacidade Técnica (no mínimo dois) emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a licitante efetuou fornecimento, os quais serão analisados pela Administração contratante, a fim de verificar se há similaridade entre os equipamentos fornecidos e o que se pretende adquirir.
- 7.1.6.2 Comprovar que possui 02 (dois) técnicos / analistas treinados e certificados pelo fabricante dos equipamentos ofertados, da seguinte forma:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.1.6.2.1 A certificação se comprovará por certificado, carta, declaração ou outro expediente adotado pelo fabricante ao profissional certificado;

7.1.6.2.2 O vínculo (não necessariamente empregatício) entre a licitante e o profissional certificado se dará por contrato social ou equivalente, CTPS, contrato de prestação de serviços, ou outra demonstração.

7.1.7 OUTRAS COMPROVAÇÕES E DOCUMENTOS

7.1.7.1 Declaração, conforme **Anexo VI - Modelo de Declaração de Compromisso e Idoneidade**, elaborada em ofício próprio e subscrita pelo Representante Legal da Licitante ou Procurador credenciado, desde que existam poderes outorgados na Procuração, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.1.8 MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1.8.1 As Microempresas (ME's) e Empresas de Pequeno Porte (EPP's) deverão apresentar toda a documentação arrolada no item 7.1.3, mesmo que apresentem alguma restrição.

7.1.8.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de até 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a Licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.1.8.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.1.8.2, implicará na perda do direito à contratação, sem prejuízo de demais sanções.

8 DOS PROCEDIMENTOS NA SESSÃO E DO JULGAMENTO

8.1 Do Credenciamento:

8.1.1 No horário e local, indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 30 (trinta) minutos.

8.1.2 Após os respectivos credenciamentos, as Licitantes interessadas no objeto entregarão ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio a Declaração de Pleno Atendimento, a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e em envelopes separados, a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

8.2 Fase de Classificação:

8.2.1 Aberto o primeiro envelope, estará encerrado o Credenciamento.

8.2.2 A análise das propostas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 8.2.2.1 Cujos objetos não atendam às especificações técnicas e demais características;
 - 8.2.2.2 Que contenham ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais Licitantes;
 - 8.2.3 Não haverá desclassificação por pequenos erros formais, quando não implicar na mudança do que se pretende adquirir nem no valor ofertado.
- 8.3 Fase de Lances:**
- 8.3.1 As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
 - 8.3.1.1 Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
 - 8.3.1.2 Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida no subitem “8.3.1.1”, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três) preços.
 - 8.3.1.3 Persistindo o empate, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de Licitantes.
 - 8.3.2 Para efeito de seleção será considerado o **Valor Total do Lote**.
 - 8.3.3 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor.
 - 8.3.4 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a **redução mínima entre os lances, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**;
 - 8.3.5 A etapa de lances será considerada encerrada quando os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances; restando apenas o participante detentor do menor lance.
 - 8.3.6 Encerrada a etapa de lances, as propostas selecionadas e não selecionadas serão classificadas em ordem crescente de valor, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 8.4 Participação de Microempresas**
- 8.4.1 Finda a etapa de lances, se houver participação de ME ou EPP no certame, serão observadas as disposições da Lei Complementar 123/06;
 - 8.4.2 Se a proposta da ME ou EPP melhor colocada for superior em até 5% do valor da Licitante de melhor oferta, será concedido o prazo de 5 (cinco) minutos para apresentar preço inferior, observada a redução mínima de lances, do subitem “8.3.4”;
 - 8.4.3 Na hipótese da ME ou EPP melhor classificada não apresentar nova proposta, será convocada a segunda ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até que se chegue à margem de 5% superior ao valor da Licitante classificada em primeiro lugar;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 8.4.4 Não havendo nenhuma proposta na faixa de até 5% superior à melhor oferta, ou não havendo nova proposta de ME ou EPP, a proposta originária será considerada como melhor classificada.

8.5 Negociação

- 8.5.1 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta melhor classificada com vistas à redução do preço;
- 8.5.2 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço, decidindo motivadamente a respeito;
- 8.5.3 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo COREN-SP, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento;

8.6 Fase de Habilitação e Recurso

- 8.6.1 Encerrada a fase de classificação, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da proposta melhor classificada.
- 8.6.2 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na Sessão Pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 8.6.3 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 8.6.4 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Em caso de indisponibilidade de verificação dos documentos apresentados, será realizada nova consulta antes da contratação, assegurada vista aos autos após a verificação, a todos os interessados.
- 8.6.5 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a Licitante será habilitada e declarada provisoriamente vencedora do certame.
- 8.6.6 Se a Licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, retornando-se aos subitens “8.5.1” e seguintes, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 8.6.7 Ao final da sessão, a Licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de razões, ficando as demais Licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 8.6.8 A ausência de manifestação imediata e motivada da Licitante importará na renúncia ao direito de recorrer, na adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à Licitante vencedora e o encaminhamento do processo à Autoridade Competente para a homologação.
- 8.6.9 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à Autoridade Competente.
- 8.6.10 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.6.11 Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto do certame à Licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 8.6.12 Na hipótese de provimento do recurso, serão aproveitados os atos válidos.

9 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1 Homologado o certame, o vencedor será convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme **Anexo IX - Minuta de Ata de Registro de Preços**.
- 9.1.1 Não haverá obrigatoriedade de a Administração contratar, podendo, inclusive, realizar outro procedimento licitatório para aquisição do mesmo objeto, nos termos do artigo 7º do Dec 3.931/01, respeitando-se a preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições, nos termos do artigo 15, §4º, da Lei 8.666/93.
- 9.2 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, permanecendo fixo e irrevogável o preço registrado.

10 DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO E REQUISIÇÃO DE MATERIAL

- 10.1 Um vez registrado o preço, a critério da Administração, serão enviadas convocações ao vencedor, a critério da Administração, para requisição dos materiais, devendo ser formalizado instrumento contratual, conforme **Anexo X – Minuta do Contrato**, no prazo de 05 (dias) corridos contados do recebimento da notificação, sob pena de incidir na infração do artigo 81 da Lei nº 8.666/93.
- 10.1.1 A convocação poderá ser realizada por qualquer meio hábil que se possa comprovar o respectivo recebimento da notificação, aceitando-se inclusive os meios eletrônicos: e-mail, fac-símile entre outros.

- 10.2 Formalizado o contrato, o contratado deverá entregar o material requisitado em 30 (trinta) dias corridos.
- 10.3 A vigência do contrato é imediata e se extingue com a entrega do material e o pagamento.

11 DA ENTREGA E RECEBIMENTO

- 11.1 O Contratado deverá entregar o material requisitado em 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da data de solicitação de material.
- 11.2 O Contratado deverá emitir nota fiscal com vencimento contra apresentação



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 11.3 A entrega do material solicitado deverá ocorrer na sede do COREN-SP, correndo por conta do Contratado as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 11.4 O material solicitado será recebido provisoriamente.
- 11.5 Após o prazo de 10 (dez) dias úteis, verificada compatibilidade do material com o Edital e Proposta, será recebido definitivamente, emitindo-se o Termo de Recebimento Definitivo, conforme **Anexo VIII- Modelo de Termo de Recebimento Definitivo**.
- 11.6 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:
- 11.6.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo-á no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - 11.6.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;
 - 11.6.3 Na hipótese deste subitem anterior, o prazo previsto no subitem 11.5 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;
 - 11.6.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 11.4, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;
 - 11.6.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 11.5;
 - 11.6.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes;
- 11.7 Recebido definitivamente o material, o COREN-SP efetuará o pagamento em 05 (cinco) dias úteis, ou prazo maior, conforme proposta.

12 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 Se, por ocasião da formalização da Ata de Registro de Preços, as certidões de regularidade de débito do Vencedor perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o COREN-SP verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 12.1.1 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o Vencedor será notificado para, no prazo de 3 (três) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem “12.1”, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 12.2 Quando o Vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem “12.1” ou se recusar, injustificadamente, a assinar a Ata de Registro de Preços, será convocada outra Licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar a Ata, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 12.2.1 Para tanto será realizada nova sessão em prazo não inferior a 3 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.
- 12.2.2 A divulgação do aviso ocorrerá por publicação na Internet no site www.corensp.org.br; e as Licitantes serão avisadas por e-mail ou Cartas Registradas.
- 12.2.3 Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições do subitem “7.1.8” em diante.
- 12.3 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as Licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.4 Quando todas as propostas forem desclassificadas a Administração poderá fixar às Licitantes Credenciadas o prazo de 8 (oito) dias úteis para uma nova sessão para apresentação de novas propostas escoimadas das causas que geraram a situação.
- 12.5 Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada a assinatura às Licitantes presentes.
- 12.5.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas serão registradas na própria ata.
- 12.6 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, bem como todas as propostas, serão rubricados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada rubrica às Licitantes presentes.
- 12.7 Eventual contratação decorrente desta Licitação será divulgada no DOU Seção III e no endereço eletrônico www.corensp.org.br.
- 12.8 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais Licitantes ficarão à disposição para retirada após 60 (sessenta) dias corridos da celebração do certame, mediante solicitação escrita, na Alameda Ribeirão Preto nº. 82– 5º andar – Comissão de Licitação – Bairro da Bela Vista, São Paulo-SP, CEP 01331-000. Após o prazo serão destruídos sem quaisquer formalidades.
- 12.9 Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 12.9.1 A petição será dirigida ao Pregoeiro que responderá em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 12.9.2 Havendo na petição a possibilidade de inovação, renovação ou correção do ato convocatório, o Pregoeiro encaminhará a Autoridade Competente; que decidirá até o prazo de 1 (um) dia útil antes da abertura da Sessão;
- 12.9.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 12.9.4 Os questionamentos poderão ser formulados via e-mail, através do endereço eletrônico compras@webcorensp.org.br, sendo que as respostas serão publicadas diretamente no “site” www.corensp.org.br para conhecimento de todos os interessados.
- 12.9.5 Os recursos poderão ser formulados através de uma das opções abaixo:
- Via *Protocolo do COREN-SP* - Al. Ribeirão Preto, 82 – térreo – Bela Vista – São Paulo – SP – 01331-000 - das 7h às 16h;
 - Via *Fax* – (11) 3225-6380 – nesta opção, os originais deverão ser entregues na sede do COREN-SP, no prazo de até 24h após o envio e mediante comprovação deste;
 - Via *Correio* – envio através de carta registrada.
- 12.10 As Licitantes devem acompanhar diariamente o “site” www.corensp.org.br para verificação de comunicados, erratas e demais informações.
- 12.11 Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente no COREN-SP.
- 12.12 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro ou Autoridade Competente.
- 12.13 Integram o presente Edital:
- 12.13.1 Anexo I – Termo de Referência
 - 12.13.2 Anexo II - Objeto;
 - 12.13.3 Anexo III - Modelo de Procuração Credenciamento;
 - 12.13.4 Anexo IV - Modelo de Declaração de Pleno Atendimento;
 - 12.13.5 Anexo V - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
 - 12.13.6 Anexo VI - Modelo de Proposta Comercial;
 - 12.13.7 Anexo VII - Modelo de Declaração de Compromisso e Idoneidade;
 - 12.13.8 Anexo VIII - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo;
 - 12.13.9 Anexo IX – Minuta de Ata de Registro de Preços;
 - 12.13.10 Anexo X – Minuta do Contrato;
- 12.14 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da Licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Seção Judiciária de São Paulo.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

São Paulo (SP), 11 de setembro de 2009.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Dr. Cláudio Alves Porto

Presidente



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	➤ SWITCHES E ACESSÓRIOS
QUANTIDADE	➤ VIDE Anexo II – Objeto
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	➤ Vide especificações no Anexo II – Objeto.
VIGÊNCIA DA ATA	➤ 12 meses contadas da assinatura.
GARANTIA DOS PRODUTOS	➤ 01 (um) ano contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos produtos adquiridos.
ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO IMEDIATA	➤ 01 unidade do item 3 ➤ 01 unidade do item 4.1 ➤ 07 unidades do item 4.2 ➤ 01 unidade do item 4.3
JUSTIFICATIVA	➤ Garantir a continuidade operacional, em virtude de esgotamento iminente do Datacenter, decorrente de ampliações da matriz e aumento nas subseções do COREN-SP. ➤ As alterações previstas também permitirão maior escalonamento, gestão e capacidade dos switches.
PREVISÃO FINANCEIRA	➤ R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais)
REDUÇÃO MÍNIMA DE LANCES	➤ R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
ADJUDICAÇÃO	➤ Valor Total do Lote
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	➤ Dotação Orçamentária nº. 412004
LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO	➤ Alameda Ribeirão Preto, 82 – Bela Vista - São Paulo – SP (Sede do COREN-SP)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Anexo II – Objeto

OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2009: Aquisição de equipamentos de informática conforme especificações contidas neste anexo. A aquisição se realizará pelo Sistema de Registro de Preços e todos os itens e subitens poderão ser adquiridos em quantidades menores que a especificada no edital ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços.

LOTE ÚNICO

ITEM 1 – SWITCH DE BORDA L3

Quantidade: 15 unidades.

REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS:

1.1. Conectividade

1.1.1 Switch layer 3 empilhável, gerenciável, wirespeed Non-Blocking, com modo de operação Store & Forward, com capacidade de acomodação em bastidor de 19”, equipado com no mínimo 44 portas de switch ethernet 10/100/1000T autosense e auto MDI/MDIX em todas as portas com conectores tipo RJ-45 portas, 2 slots do tipo Gigabit Ethernet 1000BaseX no padrão SFP para fibra multimodo/monomodo;

1.1.2 Todas as portas 10/100/1000T devem suportar autonegociação para velocidade e permitir também configuração manual de velocidade, modo duplex, modo MDI e controle de fluxo (802.3x);

1.1.3 Deverá ter capacidade de empilhamento físico em anel a partir de uma ou duas portas específicas, totalizando backplane mínimo de 40Gb/s. Não será permitido utilização de portas Ethernet para fins de empilhamento;

1.1.4 Deverá ser fornecido todos os cabos stack e adaptadores adicionais necessários para realizar o empilhamento em cada um dos switches adquiridos, de maneira que o switch deverá ser fornecido pronto a realizar o empilhamento, sem a necessidade de aquisição complementar de nenhum outro módulo, acessório ou licenciamento específico para tal fim. Caso os acessórios e módulos de empilhamento sejam similares ou compatíveis com os itens descritos no item 5, eles devem ser fornecidos junto com o switch e não serão contabilizados como itens adquiridos no item 5;

1.1.5 Deverá implementar Full Duplex em todas as portas “switched” oferecidas, com possibilidade de configuração do modo de diálogo;

1.2. Controle

1.2.1. Deverá possuir no mínimo 8 filas de prioridade por porta;

1.2.2. Deve possuir mecanismos de controle da quantidade de pacotes Broadcast, Multicast e Unicast desconhecidos por porta, permitindo fixar taxa máxima dos mesmos para cada porta individualmente;

1.2.3. Deverá implementar o protocolo IEEE 802.1Q para a formação de redes virtuais (VLANS) com capacidade para implementar no mínimo 1000 Vlans;

1.2.4. Deverá suportar Protected Port VLANS ou equivalente para que portas de uma mesma VLAN não possam se comunicar entre si, somente com a(s) porta(s) de uplink da mesma VLAN ou funcionalidade similar;

1.2.5. Devem ser suportados pelo menos 6 grupos de trunk com até 8 portas por trunk;

1.2.6. Deverá implementar o protocolo IEEE 802.1p para a definição de Classes de serviços e priorização de tráfego;

1.2.7. Deverá suportar remarcação de pacotes de acordo com o campo DSCP dos mesmos;

1.2.8. Deverá suportar os padrões DiffServ;

1.2.8. Deverá implementar roteamento IP entre VLANs, suportando os protocolos RIP v1 e v2 e rotas estáticas (pelo menos 250 rotas estáticas devem ser suportadas);

1.2.9. Deverá suportar Jumbo Frames de pelo menos 9K;

1.2.10 Deverá suportar gerenciamento via ipv6 (ping, SSH e telnet)..Fornecedores que comprovem atender o padrão IPV6 Ready Phase 1 serão considerados em conformidade com o esse item, desde que apresentem documentação que confirme haver programação para lançamento de atualizações de firmware agendadas para data que esteja dentro do período de garantia, demonstrando que naquele período o produto se tornará aderente ao padrão IPV6 Ready Phase 2.

1.3. Disponibilidade



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 1.3.1. Deverá possuir fonte autochaveada que suporte variação de tensão de entrada de 100v-120v/200v-240v e variação de frequência de 50 a 60Hz;
- 1.3.2. Trabalhar entre as temperaturas de 0 a 40 graus célsius e umidade relativa do ar de 10% a 90% (sem condensação);
- 1.3.3. Deverá suportar os protocolos spanning tree (IEEE 802.1d), 802.1w (RSTP), 802.1s (MSTP);

1.4. Gerenciamento

- 1.4.1. Deverá ser gerenciável por meio Web-based (interface GUI), SNMP, Telnet, RMON 4 grupos (1-3,9), HTTP, TFTP para download de software, DHCP Client e Relay, MIB I e II, RADIUS, TACACS+, 802.1x, SSHv2 e SSLv3. Quanto ao protocolo TACACS+, caso o produto ofertado não disponha de imediato de suporte a este protocolo, o licitante poderá apresentar documentação (discriminando o suporte ao TACACS+) que comprove haver programação para lançamento de atualizações de firmware,, agendadas para data que esteja dentro do período de garantia;
- 1.4.2. Deverá permitir configuração e gerenciamento via Telnet, Web e porta console;
- 1.4.3. Deverá possuir “software” interno armazenado em memória não volátil, permitindo a sua atualização;
- 1.4.4. Deve suportar IGMP Snooping V1, V2 e V3 e MLD Snooping V1 e V2. Caso o produto não possua de imediato suporte a MLD, o licitante poderá apresentar documentação que confirme haver programação para lançamento de atualizações de firmware agendadas para data durante o período de garantia e que contemplem a funcionalidade MLD descrita nesse item.

1.5. Segurança

- 1.5.1. Deverá permitir filtragem de pacotes por ACL (access control lists) em Layers 2, 3 e 4, por MAC, IP, TCP/UDP;
- 1.5.2. Suporte GVRP ou similar;
- 1.5.3. Deverá suportar DHCP ou BOOTP relay;
- 1.5.4. Deverá suportar VRRP ou similar;
- 1.5.5. Deverá implementar Syslog;

1.6. Desempenho

- 1.6.1. Deverá possuir os algoritmos Strict Priority e Weighted Round Robin ou SRR para as filas de prioridade 802.1p;
- 1.6.2. Deverá permitir remarcação de pacotes 802.1p, DSCP e ToS, permitir controle de banda por porta;
- 1.6.3. Deverá possuir switch fabric (backplane) de no mínimo 133 Gbps;
- 1.6.4. Deverá possuir capacidade de computação de pelo menos 100 Mpps;
- 1.6.4. Deverá possuir capacidade de implementação de port trunking (IEEE 802.3ad) estáticos ou dinâmicos, com seleção da distribuição da carga por: MAC de Origem, MAC de Destino, MAC de Origem/Destino, IP de Origem, IP de Destino, IP de Origem/Destino.

1.7. Padronização

- 1.7.1. Deverá atender a no mínimo três das seguintes normas internacionais: EMI FCC Class A, EN55022 class A, VCCI Class A, C-TICK;

1.8. Condições Gerais

- 1.8.1. Deverá possuir Kit de fixação para instalação em rack de 19”;
- 1.8.2. Deverá suportar fonte redundante externa;
- 1.8.3. Possui capacidade de armazenamento mínimo de 12.000 endereços MAC;
- 1.8.4. Deverá possuir MTBF de pelo menos 75.000 horas

ITEM 2 - SWITCH DE ACESSO L2

Quantidade: 15 unidades.

REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS:

2.1. Conectividade

- 2.1.1. Deve possuir no mínimo 24 portas Switch Gigabit Ethernet 10/100/1000 BaseTX com conectores RJ45.
- 2.1.2. Deve suportar autonegociação de velocidade, modo duplex e MDI/MDIX;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2.1.3. Deve possuir no mínimo 4 slots para instalação de transceivers Gigabit Ethernet 1000BaseSX, 1000BaseLX ou 100BaseX no padrão SFP,

2.1.4. Será admitido que as 4 portas padrão SFP trabalhem em modo combo com as portas RJ45

2.2. Controle

2.2.1. Possuir no mínimo 4 filas para priorização de tráfego por porta;

2.2.2. Deve Implementar os protocolos 802.1p e 802.3X;

2.2.3. Deve implementar IGMP snooping; v1 e v2;

2.2.4. Implementar controle de broadcast, Multicast e Unicast permitindo fixar o limite máximo destes tipos de tráfego por porta;

2.3. Disponibilidade

2.3.1. Deve possuir fonte de alimentação em tensões de 100 a 240 V e em frequências de 50/60 Hz;

2.3.2. Implementar o protocolo Spanning Tree (IEEE 802.1D) e Rapid Spanning Tree (802.1w);

2.4. Gerenciamento

2.4.1. Deve suportar gerenciamento SNMP, v1, (v2 ou v2c) e v3;

2.4.2. Deve suportar gerenciamento RMON implementando no mínimo 4 grupos;

2.4.3. Deve implementar espelhamento de tráfego de forma que o tráfego de uma porta possa ser espelhado em outra para fins de monitoramento.

2.4.4. Deve suportar configuração através de TELNET e SSH;

2.4.5. Deve suportar gerenciamento via interface web (HTTP);

2.4.6. Deve implementar FTP ou TFTP;

2.4.7. Deve permitir a configuração através de porta console;

2.5. Segurança

2.5.1. Deve implementar 254 VLANs segundo o protocolo IEEE 802.1Q;

2.5.2. Deve implementar network login através do padrão IEEE 802.1x, com suporte a 802.1x Basic port mode, 802.1x Multiple Host mode e 802.1x EAP-MD5;

2.5.3. Deve suportar GVRP ou similar;

2.6. Desempenho

2.6.1. Deve suportar agregação de links segundo o padrão IEEE 802.3ad.

2.6.2. Deve possuir capacidade de vazão (throughput) de no mínimo 32 Gbps;

2.6.3. Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 35 Mpps;

2.6.4. Deve suportar priorização através de 802.1p;

2.6.5. Deve possuir pelo menos os algoritmos de prioridade direta (Strict Priority ou equivalente) e prioridade alternada (WRR ou equivalente);

2.7. Padronização

2.7.1. IEEE 802.1D (STP);

2.7.2. IEEE 802.1p (CoS);

2.7.3. IEEE 802.1Q (VLANs);

2.7.4. IEEE 802.1w (RSTP);

2.7.5. IEEE 802.1X (Network Login);

2.7.6. IEEE 802.3ad (LACP);

2.7.7. IEEE 802.3x (Flow Control);

2.7.8. IEEE 802.3ab (Gigabit Ethernet 1000Base-T);

2.7.12. IEEE 802.1x Basic port base;

2.7.13. IEEE 802.1x Multiple host mode;

2.7.14. IEEE 802.1x EAP-MD5;

2.8. Condições Gerais

2.8.1. Deve vir acompanhado de kit para montagem em Rack de 19" ocupando uma unidade de Rack (1U);

2.8.2. Tabela de endereços MAC com capacidade para no mínimo 8.000 endereços MAC;

2.8.3. Deve possuir MTBF de no mínimo 85.000 horas;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2.8.4. Deve ter a capacidade de receber informações de configuração de sua interface de gerenciamento a partir de um servidor DHCP (Dhcp client)

ITEM 3 – SWITCH MODULAR ou CHASSI

Quantidade: 02 unidades (de acordo com os requisitos técnicos).

REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS:

3.1. Conectividade

- 3.1.1. Switch Modular ou chassis multi-layer de arquitetura non-blocking para a configuração solicitada e acomodação em rack 19”;
- 3.1.2. Deve suportar em sua configuração no mínima 96 (noventa) portas Gigabit Ethernet 10/100/1000Base-T para conectores RJ-45, segundo o padrão IEEE.802.3ab
- 3.1.3. Deve suportar módulos SFP com capacidade de instalação de módulos de Fibra a 100Mb/s multimodo e/ou monomodo ou Fibra a 1Gb/s multimodo ou monomodo;
- 3.1.4. Deve suportar em sua configuração máxima, pelo menos 96 (noventa e seis) portas Gigabit Ethernet SFP;
- 3.1.5. Deverá suportar instalação de interfaces 10 Gbps segundo padrão 802.3ae, num total de pelo menos 8 (oito) destas interfaces em sua configuração máxima;
- 3.1.6. Todas as portas 1000Base-T deverão suportar autonegociação para velocidade (10/100/1000 Mbps) e diálogo (FULL-DUPLEX e HALF-DUPLEX), permitindo a configuração manual destes parâmetros;
- 3.1.7 Deve suportar o empilhamento de mais de um chassi, e a velocidade de comunicação entre os chassis deve ser superior a 150Gb/s. Assim a configuração empilhada deve suportar no mínimo 192 (cento e noventa e duas) portas Gigabit Ethernet 10/100/1000Base-T para conectores RJ-45;
- 3.1.8 Se um único chassi ofertado já suportar 192 (cento e noventa e duas) portas Gigabit Ethernet, ele está dispensado de atender o requisito 3.1.7, no que se refere ao empilhamento, desde que tenha instalado no mínimo dois módulos de CPU independentes.
- 3.1.9 O conjunto de chassis ofertado deve possuir altura máxima de 22 U, desde que o chassi possua no mínimo duas unidades de processamento;

3.2. Controle

- 3.2.1. Deve possuir 8 filas de prioridade por porta suportando algoritmos de prioridade direta (Strict Priority) e prioridade alternada (WRR ou similar);
- 3.2.2. Deve implementar espelhamento de trafego de forma que o trafego de uma porta possa ser espelhado em outra para fins de monitoramento;
- 3.2.3. O espelhamento deverá ser possível entre portas de módulos diferentes do chassis;
- 3.2.3. Deve suportar configuração através de TELNET e porta console;
- 3.2.5. Deve suportar configuração através de SSHv2;
- 3.2.6. Deve implementar FTP ou TFTP para download de software;
- 3.2.7. Deve suportar MIB II;
- 3.2.8. Deve implementar Syslog;
- 3.2.9. Deve implementar IGMP V1, V2 e V3 além de IGMP Querier e IGMP Proxy;
- 3.2.10. Deve suportar a função de DHCP Relay;

3.3. Segurança

- 3.3.1. Deve implementar no mínimo 4090 Vlans;
- 3.3.2. Deve implementar network login através do padrão IEEE 802.1X;
- 3.3.3. Deve configurar os parâmetros de VLAN de acordo com o usuário autenticado na etapa de network login;
- 3.3.4. Deve implementar funcionalidade que designe VLAN especifica, caso a estação utilizada para acesso a rede não tenha cliente 802.1x operacional ou apresente credenciais invalidas (Guest VLAN);
- 3.3.5. Deve implementar controle de acesso à rede (NAC), devendo ser capaz de verificar a aderência do usuário às políticas de segurança da rede atualmente em vigor, e dessa forma decidir se o usuário terá acesso concedido ou será enviado para uma VLAN de remediação/atualização. Essa solução de controle de acesso à rede deve ser compatível com Microsoft NAP, atualmente já adquirido pelo Coren-SP



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 3.3.6. Deve implementar lista de controle de acesso baseado em endereço MAC fonte e destino, Ethertype, endereço IP fonte e destino e port TCP/UDP fonte e destino;
- 3.3.7. Deve implementar VLAN com o protocolo IEEE 802.1Q para a formação de redes virtuais;
- 3.3.8. Deve implementar VLAN'S utilizando protocolo 802.1V e 802.1Q;
- 3.3.9. Deve implementar Private VLANs;
- 3.3.10. Deve possuir suporte a implementação de políticas baseadas em ACL;
- 3.3.11. Deve oferecer suporte a STP Root Guard;

3.4. Desempenho

- 3.4.1. Deve suportar agregação de links segundo o padrão IEEE 802.3ad, possibilitando pelo menos 30 grupos de portas agregadas;
- 3.4.2. Deve possuir backplane de no mínimo 640 Gbps;
- 3.4.3. Deve oferecer switching e roteamento FULL Wire SPEED em IPv4 e IPv6, executando o roteamento em Hardware;
- 3.4.4. Suporte a pelo menos 96.000 rotas IPv4;
- 3.4.5. Deve possuir capacidade de armazenamento de no mínimo 16.000 endereços MAC;
- 3.4.6. Deve suportar Jumbo Frames de 9Kbytes ou superior;

3.5. Roteamento

- 3.5.1. Roteamento estático;
- 3.5.2. Routing Information Protocol (RIP);
- 3.5.3. RIP version 2;
- 3.5.4. OSPF;
- 3.5.5. IPv6 (RIPng). Aqueles fornecedores que comprovem atender o padrão IPV6 Ready Phase 1 serão considerados em conformidade com o esse item, desde que apresentem documentação que confirme haver programação para lançamento de atualizações de firmware agendadas para data durante o período de garantia e que irão tornar o produto aderente ao padrão IPV6 Ready Phase 2;
- 3.5.6. BGP4;
- 3.5.7. VLAN double tagging (Q in Q).
- 3.5.8. VRRP ou similar;
- 3.5.9. PIM-SM e PIM-DM

3.6. Padronização:

- 3.6.1. IEEE 802.1D (STP);
- 3.6.2. IEEE 802.1p (CoS);
- 3.6.3. IEEE 802.1Q (VLANs);
- 3.6.4. IEEE 802.1w (RSTP);
- 3.6.5. IEEE 802.1s (MSTP);
- 3.6.7. IEEE 802.1X (Network Login);
- 3.6.8. IEEE 802.3ad (LACP);
- 3.6.9. IEEE 802.3 (10BASE-T);
- 3.6.10. IEEE 802.3u (Fast Ethernet);
- 3.6.11. IEEE 802.3x (Flow Control);
- 3.6.12. IEEE 802.3z (Gigabit Ethernet);
- 3.6.13. IEEE 802.3ab (Gigabit Ethernet 1000Base-T);
- 3.6.14. IEEE 802.3ae (Gigabit Ethernet 1000Base-X);
- 3.6.17. RFC 2080 (IPv6 RIPng). Os fornecedores que comprovem atender o padrão IPV6 Ready Phase 1 serão considerados em conformidade com o esse item, desde que apresentem documentação que confirme haver programação para lançamento de atualizações de firmware agendadas para data durante o período de garantia e que irão tornar o produto aderente ao padrão IPV6 Ready Phase 2

3.7. Condições Gerais:

- 3.7.1. Todas as interfaces e fontes devem ser do tipo "hot swappable";
- 3.7.2. Deve suportar fonte de alimentação redundante interna ao equipamento;
- 3.7.3. Deverá possuir KIT de fixação para instalação em rack de 19";
- 3.7.4. Deverá ser fornecido com duas fonte de alimentação redundante instalada no equipamento

ITEM 4 – MÓDULOS DE INTERFACE



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.1. FONTE DE ALIMENTAÇÃO REDUNDANTE

Quantidade: 02 unidades.

REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS:

- 4.1.1. Com ajuste automático de tensão 100 a 240 volts;
- 4.1.2. Frequência de 50/60 Hz.
- 4.1.3. Deverá ser totalmente compatível com o ITEM 3 – SWITCH MODULAR ou CHASSI

4.2. MÓDULO PORTAS GIGABIT UTP

Quantidade: 14 unidades.

REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS:

- 4.2.1. Densidade de, no mínimo, 12 portas 10/100/1000Base-T, com conectores RJ-45;
- 4.2.2. Não serão aceitos conectores do tipo TELCO ou harmônicas;
- 4.2.3. Deverá ser totalmente compatível com o ITEM 3 – SWITCH MODULAR ou CHASSI

4.3. MÓDULO PORTAS GIGABIT SFP

Quantidade: 05 unidades.

REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS:

- 4.3.1. Densidade de, no mínimo, 04 slots SFP para transeivers do tipo mini-GBIC;
- 4.3.2. Deverá aceitar pelo menos os padrões 1000Base-SX e 1000Base-LX;
- 4.3.3. Deverá ser totalmente compatível com o ITEM 3 – SWITCH MODULAR ou CHASSI

4.4. MÓDULO COM 1 PORTA 10GIGABIT ETHERNET

Quantidade: 04 unidades.

REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS:

- 4.4.1. Módulo com no mínimo uma porta 10 Gigabit Ethernet XFP;
- 4.4.2. Suportar, no mínimo, transeiver com interface do tipo SR, LR e ER;
- 4.4.3. Deverá ser totalmente compatível com o ITEM 3 – SWITCH MODULAR ou CHASSI

ITEM 5 – CONVERSORES

5.1. INTERFACE GIGABIT ETHERNET 1000BASE-SX

Quantidade: 10 unidades.

REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS:

- 5.1.1. Deve ser do tipo SFP Mini-GBIC e implementar o padrão 1000Base-SX;
- 5.1.2. Deve permitir sua operação em fibras multimodo;
- 5.1.3. Deve possuir conector LC;

5.2. INTERFACE 10 GIGABIT ETHERNET 10GBASE-SR

Quantidade: 02 unidades

REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS:

- 5.2.1. Deve ser do tipo XFP e implementar o padrão 10GBase-SR;
- 5.2.2. Deve permitir sua operação em fibras multimodo;
- 5.2.3. Deve possuir conector LC;

6. COMPATIBILIDADE

6.1. Por motivo de compatibilidade, gerenciamento e configuração dos equipamentos, todos os itens devem ser do mesmo fabricante;

6.2. Deve acompanhar cabo de console, empilhamento, de energia e todos os demais itens necessários para a instalação, configuração do dispositivo;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.3. Para todos os itens, a garantia deverá ser de 01 (um) ano, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos produtos;

6.4. A Contratante deverá garantir que possui plena condição de comercializar e dar suporte técnico durante toda a vigência da contratação do fornecimento;

6.5. A empresa participante deve apresentar documentação que comprove, no mínimo, 2 técnicos analistas certificados pelo fabricante em todos os itens;

6.6. O produto a ser constituído dos itens 3 e 4 deverá possuir capacidade máxima executável, independentemente do empilhamento, de 168 portas UTP ou mais, 1 porta XFP ou mais e 8 portas SFP ou mais;

6.7. Os produtos que compõem o item 5 poderão ser utilizados em quaisquer dos produtos do item 1, 2, 3, ou 4;

6.8. A necessidade de cumprimento dos itens 6.6 e 6.7 deste anexo é o principal motivo para a realização da licitação em lote único.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Anexo III - Modelo de Procuração Credenciamento

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa ___[RAZÃO SOCIAL]___, inscrita no CNPJ/MF ___[Nº do CNPJ]___, sito na ___[ENDEREÇO COMPLETO]___, por seu(s) representante(s) legal(is) abaixo assinado(s), nomeia e constitui como bastante procurador, o Sr ___[QUALIFICAÇÃO COMPLETA]___; inscrito no CPF ___[Nº do CPF]___; portador do RG ___[Nº do RG]___, residente em ___[ENDEREÇO COMPLETO]___, ao qual OUTORGA AMPLOS PODERES para representá-la em todos os atos inerentes ao PREGÃO PRESENCIAL - SRP nº 037/2009 do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO, podendo, inclusive, formular lances, complementar proposta, interpor recursos ou ressalvas, renunciar à interposição de recursos, acordar, transigir, desistir e receber avisos e intimações e assinar declarações, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato.

São Paulo, ____ de _____ de 2009.

Razão Social

Representante(s) legal(is) com carimbo da Licitante

[Reconhecer Firma]



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Anexo IV - Modelo de Declaração de Pleno Atendimento¹

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ___[RAZÃO SOCIAL]___, CNPJ/MF n.º ___[Nº do CNPJ]___, localizada à ___[ENDEREÇO COMPLETO]___, DECLARA, sob as penas da Lei e em conformidade com a Lei n.º 10.520/02, que cumpre todos os requisitos de habilitação estabelecidos para o certame licitatório no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, Pregão Presencial n.º 037/2009.

São Paulo, ___de _____ de 2009.

Nome: -[Representante Legal]

R.G. n.º [do signatário]

¹ **OBSERVAÇÃO:** Deverá ser assinada pelo representante legal da empresa ou procurador credenciado, desde que tenha poderes outorgados para tanto. Deverá ser apresentada após o credenciamento e fora dos envelopes proposta e habilitação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Anexo V - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte²

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Pregão Presencial no. 037/2009

A ____ (RAZÃO SOCIAL) ____, inscrita no CNPJ/MF ____ (Nº) ____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, DECLARA sob as penalidades da lei, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente.

São Paulo , de de 2009.

(nome/cargo/assinatura)

² **OBSERVAÇÃO:** Deverá ser assinada pelo representante legal da empresa ou procurador credenciado, desde que tenha poderes outorgados para tanto. Deverá ser apresentada após o credenciamento e fora dos envelopes proposta e habilitação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Anexo VI - Modelo de Proposta Comercial³

Razão Social:

CNPJ:

[Endereço completo com indicação de telefone e e-mail]

Pregão Presencial nº 037/2009 – Lote Único

Objeto: SWITCHES, MÓDULOS DE INTERFACE E CONVERSORES

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1. Switch de Borda L3			15		
2	2. Switch de Acesso L2			15		
3	3. Switch Modular ou Chassi			2		
4	4.1. Fonte de alimentação redundante			2		
	4.2. MÓDULO COM ___ PORTAS GIGABIT UTP			14		
	4.3. MÓDULO COM ___ PORTAS GIGABIT SFP			5		
	4.4. Módulo com 1 porta 10Gigabit Ethernet			4		
5	5.1. INTERFACE GIGABIT ETHERNET 1000BASE-SX			10		
	5.2. INTERFACE 10 GIGABIT ETHERNET 10GBASE-SR			2		
VALOR TOTAL DO LOTE = R\$ __ , __ (Valor por extenso)						

³ **OBSERVAÇÃO:** Deverá ser assinada pelo representante legal da empresa ou procurador credenciado, desde que tenha poderes outorgados para tanto. Deverá ser apresentada dentro do envelope PROPOSTA COMERCIAL.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- No preço estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias; o valor ofertado permanecerá fixo e irrevogável até o final do registro.
- Prazo de entrega: 30 (trinta) dias.

(Cidade), (dia) de (mês) de 2009.

(Assinatura do Representante Legal ou procurador)

REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME: _____

QUALIFICAÇÃO (cargo): _____

RG: _____ CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Anexo VII - Modelo de Declaração de Compromisso e Idoneidade⁴

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO E IDONEIDADE

A ___[RAZÃO SOCIAL]___, inscrita no CNPJ/MF ___[Nº do CNPJ]___, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, DECLARA sob as penalidades da lei, para fins de participação no Pregão Presencial nº 037/2009 que:

- Os documentos que compõem o edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações;
- Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- Inexistem fatos impeditivos à sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; e
- Não possui em seu quadro menor de 16 anos de idade, nos termos do art. 27, V da Lei 8666/93.

São Paulo, ___ de _____ de 2009.

Nome: -[Representante Legal]

[Nome / Cargo / Assinatura]

⁴ **OBSERVAÇÕES:** Deverá ser assinada pelo representante legal da empresa ou procurador credenciado, desde que tenha poderes outorgados para tanto apresentada dentro do envelope habilitação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Anexo VIII- Modelo de Termo de Recebimento Definitivo

Do Termo

É um documento interno do COREN-SP, emitido pelo órgão solicitante, entregue a Autoridade Competente dando pleno recebimento do objeto licitado, uma vez verificada a conformidade com o estabelecido no Edital e nos anexos, redigido com o seguinte teor:

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

A ___[RAZÃO SOCIAL]___, inscrita no CNPJ/MF ___[Nº do CNPJ]___, conforme a nota fiscal nº _____ de ___/___/_____, passados ___ dias da entrega do serviço, cumpriu os requisitos de especificação e de entrega do objeto, estabelecidos em Edital, anexos e proposta do certame licitatório do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, Pregão Presencial nº 037/2009.

São Paulo, ___ de _____ de 2009.

Nome: -[Representante COREN-SP]

Gestor do Contrato



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Anexo IX - Minuta de Ata de Registro de Preços

Pregão Presencial SRP nº 037/2009

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de _____, na sede do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, Alameda Ribeirão Preto, 82 – Bela Vista – São Paulo – SP, de um lado o Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, neste ato por seu presidente, Dr. Cláudio Alves Porto, e do outro _____, inscrito no CNPJ sob o nº. _____, com domicílio na Rua _____, neste ato representada pelo _____, vencedora da licitação em epígrafe resolvem **registrar** os seguintes preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1. Switch de Borda L3			15		
2	2. Switch de Acesso L2			15		
3	3. Switch Modular ou Chassi			2		
4	4.1. Fonte de alimentação redundante			2		
	4.2. MÓDULO COM ____ PORTAS GIGABIT UTP			14		
	4.3. MÓDULO COM ____ PORTAS GIGABIT SFP			5		
	4.4. Módulo com 1 porta 10Gigabit Ethernet			4		
5	5.1. INTERFACE GIGABIT ETHERNET 1000BASE-SX			10		
	5.2. INTERFACE 10 GIGABIT ETHERNET 10GBASE-SR			2		
VALOR TOTAL DO LOTE = R\$ ____ , ____ (Valor por extenso)						

O Adjudicatário fica ciente de que não há obrigatoriedade, por parte da Administração, em contratar, nos termos do artigo 7º do Dec 3.931/01, respeitando-se a preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições, nos termos do artigo 15, §4º, da Lei 8.666/93.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Conforme a conveniência da Administração será enviada notificação para assinatura de contrato e solicitação do equipamento, que deverá ser entregue conforme o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 037/2009 E SEUS ANEXOS**.

O presente registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura desta Ata de Registro de Preços.

O Adjudicatário deve manter as condições de habilitação durante toda a vigência do presente registro, ciente de que a cada solicitação serão verificadas certidões relativas àquelas condições.

São Paulo, ____ de ____ de 2009.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Dr. Cláudio Alves Porto

Presidente

Adjudicatário



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Anexo X – Minuta Do Contrato

CONTRATO VINCULADO AO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 037/2009

CONTRATANTE – CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ sob nº 44.413.680/0001-40, com sede na Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo / SP, CEP 01331-000, neste ato representado por seu Presidente, Dr. Cláudio Alves Porto.

CONTRATADO – _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, _____, _____/____, CEP _____, (11) _____, neste ato representada por seu _____, Sr. _____, _____, _____, _____, portador do RG nº _____ SSP/____ e inscrito no CPF sob nº _____, residente e domiciliado no município de _____, estado de _____, sito na _____, _____, _____, _____, CEP _____.

O presente Contrato obedece às seguintes condições:

1. OBJETO

- 1.1. É objeto do Pregão Presencial – SRP nº 037/2009, a aquisição eventual pelo COREN-SP de Switches e Acessórios.
- 1.2. O CONTRATADO fica obrigado ao fornecimento do(s) Item(ns) XX, referente à Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Presencial – SRP – 037/2009, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	SALDO DA ATA (UN)	QUANTIDADE SOLICITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

- 1.3. O(s) produto(s) adquirido(s) pelo presente instrumento terá (ão) garantia de 01 (um) ano, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme especificado no item 6.3 do Anexo II – OBJETO do Pregão Presencial SRP – 037/2009.

2. VALOR CONTRATUAL

- 2.1. O valor do presente contrato obedece ao disposto na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 037/2009**.
- 2.2. O valor total da aquisição perfaz a quantia de R\$ ____ (____), referente aos quantitativos dispostos no item 1.2. deste instrumento.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3. DA ENTREGA E RECEBIMENTO

- 3.1. O contratado deverá entregar o material requisitado em 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura destes instrumento.
- 3.2. O Contratado deverá emitir nota fiscal com vencimento contra apresentação
- 3.3. A entrega do material solicitado deverá ocorrer na sede do COREN-SP, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 3.4. O material solicitado será recebido provisoriamente.
- 3.5. Após o prazo de 10 (dez) dias úteis, verificada compatibilidade do material com o Edital e Proposta, será recebido definitivamente, emitindo-se o Termos de Recebimento Definitivo.
- 3.6. Constatadas irregularidades, a Administração poderá:
 - 3.6.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo-á no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - 3.6.2. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado.
 - 3.6.3. Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 3.5 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou completados;
 - 3.6.4. A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 3.4, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;
 - 3.6.5. Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 3.5;
 - 3.6.6. Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.
- 3.7. Na hipótese deste subitem 3.6 o prazo previsto no subitem 3.5 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

4. DO PAGAMENTO

- 4.1. Recebido o material, o COREN-SP efetuará o pagamento em 05 (cinco) dias úteis, ou prazo maior, conforme proposta.
- 4.2. Havendo atraso nos pagamentos por parte do Contratante, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos da lei, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.3. A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as Legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na Nota Fiscal.

5. DAS SANÇÕES

5.1. Além das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, serão cominadas as seguintes penas, podendo haver aplicação cumulativa de sanções.

5.2. Pela inexecução total ou parcial de Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

5.2.1. Multa de 0,0667% (seiscentos e sessenta e sete milésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor mensal, limitado esta a 30 (trinta) dias após o prazo estabelecido para entrega do objeto; após será considerado inexecução contratual;

5.2.2. Multa de 2% (dois por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, calculada sobre o valor total da contratação, cumulada com a pena de suspensão temporária do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos;

5.2.3. Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, calculada sobre o valor total da contratação, cumulada com a pena de declaração de inidoneidade, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos;

5.2.4. As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato, exceto a prevista no item 5.2.3;

5.2.5. As penalidades serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e ampla defesa.

5.2.6. As multas cominadas antes do pagamento devido ao contratado serão compensadas.

5.2.7. As multas cominadas após o pagamento serão pagas em 05 (cinco) dias após a notificação, através de boleto bancário a ser enviado ao contratado, sob pena de inscrição em dívida ativa.

6. VIGÊNCIA

6.1. O presente contrato tem vigência a partir da assinatura do presente Termo de Contrato e se exaure com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.1.1. A garantia dos produtos não se confundirá com a vigência contratual e obedecerá o previsto no edital de licitação e no item 1.3. deste instrumento.

7. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1. A Lei Federal 8.666/93 e o Decreto 3.931/2001, com suas alterações posteriores, regerão as hipóteses não previstas neste Contrato.

7.2. No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8. DESPESA:

8.1. As despesas resultantes da execução deste Contrato serão atendidas através da seguinte Dotação Orçamentária:

8.2. CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO – 412004

9. RESCISÃO:

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Será Gestor do presente contrato o Senhor Antonio Sampaio Carlos, ou preposto a sua ordem.

10.2. O CONTRATADO deverá manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

11. DO FORO:

11.1. As partes elegem de comum acordo, o foro da Seção Judiciária de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

São Paulo, ____ de _____ de 2009.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Dr. Cláudio Alves Porto
Presidente

CONTRATADO

Antonio Sampaio Carlos
GESTOR DO CONTRATO